

## MOVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E EDUCAÇÃO NA EXPERIÊNCIA DOS COMITÊS POPULARES DEMOCRÁTICOS NA BAIXADA FLUMINENSE (1945-1947)

Marcos Cesar de Oliveira Pinheiro

*Professor Adjunto de História da Educação da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, [mcezarufrij@uol.com.br](mailto:mcezarufrij@uol.com.br)*

Angélica de Sá de Oliveira Bauer Rodrigues

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, [angelicabauer89@gmail.com](mailto:angelicabauer89@gmail.com)*

**Resumo:** O presente trabalho pretende apresentar a experiência dos Comitês Populares Democráticos na Baixada Fluminense (1945-1947) como um momento importante, ainda que curto, no processo educativo de elevação da consciência política dos setores populares da região. Busca-se explicitar o caráter educativo dessa tentativa de organização popular, em que os Comitês Populares Democráticos se constituem em mediadores entre as demandas da população local e as instituições públicas, dando visibilidade aos problemas a serem debatidos em espaços públicos e incorporados nas agendas do poder público. Em uma região marcada, historicamente, pela ausência de direitos sociais elementares, os Comitês Populares Democráticos empreendem, no imediato pós-guerra, uma árdua campanha de alfabetização de adultos, visando não somente ensinar a ler e escrever, mas buscando desenvolver uma série de atividades com o objetivo de dar voz aos setores até então marginalizados da vida política, isto é, fazer avançar o processo de democratização então em curso na sociedade brasileira e bastante precário na região da Baixada Fluminense. A experiência dos Comitês Populares Democráticos é um capítulo pouco conhecido na história da educação popular e, como outras experiências, nos dá possibilidade de problematizar questões relacionadas ao caráter educativo dos movimentos sociais, nas dimensões da organização política, da cultura política e da espacial-temporal. O conjunto de instrumentos analíticos formulados ou desenvolvidos por Gramsci, cujo conceito de hegemonia pode estabelecer o nexo articulador com as demais categorias gramscianas, constitui o referencial teórico para a compreensão dos fenômenos históricos aqui abordados.

**Palavras-chave:**

Educação popular, cidadania, movimento social, Baixada Fluminense, Comitês Democráticos Populares.

### Introdução

A temática aqui abordada diz respeito à experiência de educação popular na Baixada Fluminense promovida pelos Comitês Populares Democráticos, tendo por base a análise e o processamento de dados resultantes das pesquisas dos autores do presente texto (cf. Pinheiro, 2007 e 2014; Rodrigues, 2016).<sup>1</sup> O assunto tratado tem relevância por ser muito pouco conhecido, de modo geral, pelos historiadores, em especial dos da educação, sendo abordá-lo enriquecer a história da educação popular no Brasil, ao longo do século XX, com mais um capítulo de lutas das “classes subalternas” – para usar uma expressão gramsciana – e daqueles comprometidos com os interesses e anseios dos explorados e oprimidos na construção de uma

---

<sup>1</sup> A principal fonte de documentos utilizada nas pesquisas em questão foi a imprensa, em especial os jornais *Tribuna Popular*, principal periódico comunista da época no Rio de Janeiro, e *Correio da Lavoura*, o mais antigo da cidade de Nova Iguaçu.

sociedade mais justa e mais igualitária. Também tem importância para a História da Baixada Fluminense, já que é notório, ao analisar a gama de temas e localidades estudados pelos historiadores do Estado do Rio de Janeiro, que o estudo sobre a região se dá de forma minoritária tendo em comparação, por exemplo, com estudos referentes à cidade do Rio de Janeiro. Por outro lado, pensando a articulação entre o local e o nacional, pode contribuir para compreender os aspectos substantivos e essenciais do processo de politização do espaço urbano brasileiro e da tentativa de modernização da Baixada Fluminense, então em curso nos anos 1940. Nesse sentido, a história da Baixada Fluminense “não pode ser circunscrita às suas fronteiras administrativas” nem restrita apenas a sua conexão com o Rio de Janeiro, mas “relaciona-se diretamente à história de nosso país” (Souza, 2014, p. 11).

O recorte temporal compreende o momento histórico marcado por um clima de euforia democrática, iniciado com o processo de “redemocratização” de 1945, no Brasil, e que vai até 1947, quando do avanço da Guerra Fria com todas as suas consequências, dentre as quais uma violenta onda repressiva contra o movimento democrático e popular, em particular os comunistas. Nesse contexto do imediato pós-guerra surgem e se ramificam por diversas cidades brasileiras, entre elas aquelas da região da Baixada Fluminense, os Comitês Populares Democráticos. Capitaneados pelo PCB (denominado naquele período Partido Comunista do Brasil), desempenham um papel de considerável relevância na mobilização e organização de setores populares daquele momento, em que a cultura e a educação passam a se integrar com mais força ao rol de preocupações dos movimentos populares.

Embora apresentados sem “nenhuma cor partidária”<sup>2</sup>, os Comitês Populares Democráticos representaram o principal meio de ligação entre o PCB e as massas proletárias. Concebidos como instrumentos de luta e defesa pelos direitos imediatos dos trabalhadores e da população em geral, utilizaram-se da ideia-força dos direitos para conquistar na luta cotidiana a hegemonia junto à classe trabalhadora e assegurar as alianças necessárias, entre as “classes nacionais progressistas” do país (o proletariado, o campesinato, as classes médias e a burguesia nacional progressista) para fazer avançar a luta pela “União Nacional”, entendida como o processo de democratização do país (Pinheiro, 2014, pp. 35-42).

Organizados com base territorial nos bairros, subúrbios, favelas e morros de diversas cidades brasileiras, os Comitês Populares Democráticos se envolviam nos problemas das

---

<sup>2</sup> Ver matérias sobre os Comitês Populares Democráticos no *Correio da Lavoura*, semanário de Nova Iguaçu, e do periódico comunista *Tribuna Popular*, no ano de 1945.

localidades. Desenvolviam uma série de atividades “viáveis” que proporcionassem a possibilidade de pequenas vitórias para incitar maior participação dos moradores do local. Para além das reivindicações imediatas, a outra finalidade dos comitês era interessar a população em questões da grande política, abandonando a ação isolada e voltada estritamente para o local e fazendo com que o espaço da ação coletiva de bairro passasse a ser, então, o espaço público ou a esfera pública, transformando os comitês em canais de participação, de representação e de negociação da população junto às esferas sistêmicas da sociedade civil e da sociedade política.

Buscou-se dar voz aos setores até então marginalizados no cenário político (os trabalhadores, os desempregados, os jovens e especialmente as donas de casa). A partir das reivindicações que diziam respeito a todos, que por todos fossem sentidas, os Comitês Populares empreendiam a “educação democrática do proletariado”. A posição dos Comitês, no que se refere a “educar o povo”, era de convencer e conscientizar de que existia uma política justa<sup>3</sup> para alcançar o fim desejado e que, portanto, era preciso cerrar fileiras e obedecer exatamente àquele que empregava tais métodos para alcançar o fim, porque somente quem almejava o fim, almejava também os meios adequados para atingir tal propósito. Nesse sentido, os Comitês Populares Democráticos eram entendidos como uma forma de organização popular realizada de baixo para cima. Luiz Carlos Prestes, então secretário-geral do PCB, falava da necessidade de organizar o povo

em organismos que lhe sejam próprios, em amplos comitês ou comissões nos locais de trabalho, nas ruas e bairros, comitês populares democráticos que, unidos, pouco a pouco, de baixo para cima, constituirão, num futuro mais ou menos próximo, as organizações democráticas populares de cidades, de região e de Estado, até a grande União Nacional, aliança de todas as forças, correntes, grupos e partidos políticos que aceitem o programa mínimo de unificação nacional. Esses comitês populares deverão ser amplos, de nenhuma cor partidária, e receber no seu seio a todos os sinceros democratas, patriotas e progressistas que realmente lutem pela União Nacional, pela ordem e tranquilidade, pelas reivindicações econômicas mais imediatas e por eleições livres e honestas.<sup>4</sup>

Em uma matéria do periódico comunista, afirma-se “dentro dos Comitês Populares o povo aprende a resolver seus problemas”, em que homens e mulheres “de todas as crenças marcham juntos para concretizar suas reivindicações”, entre elas, por “mais higiene, leite e escolas para o Brasil” (*Tribuna Popular*, 11/11/1945, p. 5).

---

<sup>3</sup> Leia-se política de “União Nacional”, preconizada pelos comunistas brasileiros. Sobre essa orientação política ver “1945-1947: da vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial ao advento da Guerra Fria – O PCB mantém a diretriz de ‘União Nacional’” (Prestes, 2010, cap. IV).

<sup>4</sup> Discurso de Luiz Carlos Prestes no comício de São Januário, no Rio de Janeiro, em 23/05/1945. Cf. Prestes (s/d., p. 90).

## A Baixada Fluminense e os Comitês Populares Democráticos

Localizada no estado do Rio de Janeiro, antes conhecida como Recôncavo da Guanabara, a Baixada Fluminense não esteve de fora desta tentativa de organização popular representada pelos Comitês Populares Democráticos. Como muitas outras regiões do país, aqui também a população, em sua grande maioria, deparava-se com a fome, a miséria, o analfabetismo, as doenças, a falta de condições mínimas do que se poderia considerar uma vida digna. E aqui também, homens e mulheres mostravam-se dispostos a levar adiante seus propósitos democráticos de um movimento popular organizado em torno dos Comitês Populares Democráticos. Na Baixada Fluminense, por iniciativa e esforço da militância comunista, juntamente com seus aliados circunstanciais, os Comitês se formavam nos distritos e subdistritos dos municípios da região: Nova Iguaçu, Posse, Belfort Roxo, Duque de Caxias, Andrade de Araújo, São João de Meriti, Éden, Agostinho Porto, Vila Rosali, Olinda, Nilópolis, Mesquita, São Mateus, Morro Agudo, Queimados, Vila Guanabara.<sup>5</sup>

Não obstante as especificidades históricas, os Comitês Populares Democráticos na Baixada Fluminense apresentavam mais semelhanças do que diferenças quando comparados com seus congêneres do então Distrito Federal (Santos, 2011). Quanto às formas de organização, havia um modelo seguido em conformidade com a “Circular Política nº 01” do Secretariado Nacional do PCB, assinada por Roberto Sisson e datada provavelmente no período posterior ao comício do Estádio do Pacaembu, em 15/7/1945, e anterior ao golpe de 29/10/1945, que depôs Getúlio Vargas.<sup>6</sup> Diferentemente, eram as suas relações com a sociedade local, com o poder público e com o PCB, que se encontravam condicionadas pelo contexto histórico local da Baixada Fluminense, mas articuladas também com o que se processava nos âmbitos estadual e nacional.

Entre as muitas reivindicações levantadas pelos Comitês Populares Democráticos na Baixada Fluminense, a cultura e a educação passaram a se integrar com mais força ao rol de preocupações dos movimentos populares. Tornaram-se mais visíveis e passaram a ser tematizadas em espaços públicos. Nesse sentido, os Comitês Populares Democráticos realizaram várias atividades culturais e educacionais. De acordo com suas possibilidades e limitações, desenvolveram teatro amador, sessões de cinema, exposições, programa de

---

<sup>5</sup> Alguns exemplos de Comitês Populares Democráticos que se constituíram nas localidades da Baixada Fluminense. Levantamento realizado no periódico comunista *Tribuna Popular*, nos anos 1945-1947.

<sup>6</sup> “Circular Política nº 01”. Fundo DPS, dossiê “Comitê Nacional do PCB”, notação 6, v. 3. Cópia do documento apreendida pelo Exército no Comitê Nacional do PCB a 29/10/1945.

calouros, bailes, concursos carnavalescos, entre outras atividades. Porém, o carro-chefe dessas atividades foi a campanha de alfabetização de adultos. Os cursos de alfabetização se instalaram nas sedes dos Comitês ou, em grande parte, nos cômodos ou quintais cedidos pelos moradores. Voluntários ministraram as aulas. Solicitação de doações de materiais foi uma constante na vida dos Comitês.

O programa educacional do PCB, e, conseqüentemente, dos Comitês Populares Democráticos, teve como referência o estudo “A situação do ensino no Brasil” (1945), de autoria de Paschoal Lemme<sup>7</sup>, trabalho redigido a pedido de Luiz Carlos Prestes (Cf. Lemme, 2004, v. 4, p. 33).<sup>8</sup> Nele o autor apresentou um panorama geral da situação do ensino na época, destacando o problema do analfabetismo no Brasil. A ênfase dada à questão da alfabetização de adultos pelos Comitês Populares decorreu da constatação de existir 54,68% de analfabetos na população adulta brasileira, “a partir justamente da idade em que os indivíduos devem participar ativamente da vida econômica e política do País”. O estudo chamou a atenção para a situação não uniforme do problema, visto que ele se apresentava com uma variação bastante grande entre porcentagens extremas dos 17,80% de analfabetos no então Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro) e dos 77,40% em Alagoas. Porém, o autor afirmou que nem por isso o quadro exposto deixaria de ser menos chocante, porque mesmo a porcentagem mínima registrada na capital do país representava um contingente acima de 200 mil indivíduos, de 18 anos e mais, privados, “iniquamente, aliás, de participar da vida política do País, de acordo com a atual legislação eleitoral” (Lemme, 2004, v. 4, p. 35).

De fato, a campanha de alfabetização dos Comitês Populares tinha uma preocupação em formar eleitores, dada a proximidade das eleições de dezembro de 1945, já que era negado aos analfabetos o direito de votar. No entanto, as atividades educativas desenvolvidas pelos Comitês não se restringiam às questões eleitorais, tanto que a campanha de alfabetização se manteve ativa no ano posterior, e até mais intensa, assim como outras iniciativas educacionais. O trabalho educativo empreendido pelos Comitês estava articulado com o propósito de fazer avançar o processo de democratização então em curso na sociedade brasileira e bastante precário na região da Baixada Fluminense. Esse empreendimento incomodava demasiadamente os setores mais conservadores, como também os liberais

---

<sup>7</sup> Embora nunca se tenha filiado, Paschoal Lemme foi colaborador e simpatizante do PCB, desenvolvendo atividades de caráter político, sempre na área de educação e do ensino.

<sup>8</sup> O trabalho “A situação do ensino no Brasil” pode ser lido em Lemme (2004, v. 4, pp. 33-50).

agrupados em torno da UDN (União Democrática Nacional), e, no caso da Baixada Fluminense, os “coronéis da periferia”.

Evidentemente que qualquer tentativa de organizar as classes populares sobre novas bases, ou seja, em um sistema democrático fundado na soberania popular (democracia como forma política de dominação da maioria) e na plena expansão da cidadania, foi duramente combatida pelas classes dominantes no Brasil. Tanto no campo ideológico, no qual os órgãos de imprensa desempenharam importante papel na propagação das representações anticomunistas, como por meio da repressão, aplicada de diferentes formas, com maior ou menor sutileza, objetivando reprimir os mais combativos e mostrar aos inconformados passivos os riscos contidos em qualquer ensaio de conspirar contra a ordem estabelecida. Na Baixada Fluminense, o movimento popular organizado teve de conviver, constantemente, com provocações, arbitrariedades e repressão das forças policiais, vivendo-se uma situação de “insegurança no Estado do Rio” (*Tribuna Popular*, de 03/01/1947, p. 2, de 15/01/1947, p. 3, de 14/05/1946, p. 4).<sup>9</sup>

Não obstante as adversidades, os Comitês Populares Democráticos prosseguiram em sua tarefa de desenvolver a “educação democrática do proletariado e do povo em geral”. Na Baixada Fluminense, algumas escolas foram criadas por iniciativa dos Comitês, como, por exemplo, a do Comitê Democrático Progressista da Posse, localidade do município de Nova Iguaçu (*Tribuna Popular*, 11/11/1945, p. 5), a Escola Anita Leocádia Prestes, em Vila Meriti (*idem*, 19/01 e 29/01/1946, p. 8), a Escola Éden, no bairro do Éden (*idem*, 07/02/1946, p. 8) e a Escola do Povo, fundada pelo Comitê Popular da Vila Guanabara, em Duque de Caxias (*idem*, 01/02/1946, p. 6).

Foi-se delineando os objetivos educacionais dos cursos de alfabetização, conforme apontado por Moisés Xavier de Araújo<sup>10</sup>:

Antes de mais nada, devo esclarecer que os encarregados dos cursos de alfabetização estão dando à sua atividade o mais amplo sentido educativo. Cada professor é um verdadeiro amigo e conselheiro dos alunos, orientando-os e esclarecendo-os sempre

<sup>9</sup> Na edição de 3 de janeiro, a matéria jornalística denuncia o bárbaro espancamento de um militante do PCB, “arrancado de dentro do próprio domicílio”, no bairro de Éden, então município de Duque de Caxias, e relata a mobilização dos moradores contra o ato de violência policial. A matéria conclui afirmando: “(...) sabemos que só o povo organizado poderá anular estas provocações insufladas pelo interventor fascista [cel. Hugo Silva], para esmagá-lo, como a todos os órfãos de Hitler ainda enquistados no aparelho governamental (...)”.

<sup>10</sup> Consultor técnico da Comissão de Intercâmbio de Alfabetização dos Comitês Populares, do Distrito Federal, e autor da cartilha “Chave da leitura (para adultos)”, adotada pelos comitês cariocas para dar uniformidade à campanha de alfabetização.



que oportuno, com o propósito de elevar-lhes a capacidade de apreciação das coisas e dos fatos e de torná-los cada vez mais livres e conscientes. Em todas as oportunidades há sempre, portanto, a mais cordial aproximação entre os alunos e os professores, de modo que o trabalho destes não tenha o caráter de “obra de benemerência”, mas de “cooperação” entre brasileiros que, de um lado, ensinam, e, de outro, aprendem. Trata-se de um trabalho verdadeiramente popular, democrático, humano.

[...]

Nos Comitês Populares, os jovens e adultos não aprendem apenas a “desenhar o nome”, nem são levados à alfabetização pura e simples. Nos Comitês Populares, como já dissemos, os professores dão à sua atividade um amplo sentido educativo. Em última instância, *na força do povo, pacificamente organizado, é que reside o êxito da campanha de alfabetização em massa, que ora se processa no Distrito Federal. Ou melhor: em todo o país (Tribuna Popular, 8/9/1945, p. 6; grifos nosos).*

A campanha de alfabetização de adultos, calcada na “força do povo, pacificamente organizado”, muito além do que ensinar a “desenhar o nome” e empreender a “alfabetização pura e simples”, expressa o caráter educativo do movimento social dos Comitês Populares Democráticos. Sendo este caráter educativo construído de várias formas. No caso dos Comitês, destaca-se a dimensão de organização política deste caráter educativo, com a construção de uma cidadania coletiva, em que “a consciência adquirida progressivamente através do conhecimento sobre quais são os direitos e deveres dos indivíduos na sociedade hoje, em determinadas questões por que se luta leva concomitantemente à organização do grupo” (Gohn, 2009, p. 17). Embora seja um processo conflituoso e tortuoso, com avanços e recuos, os Comitês na Baixada Fluminense vão se constituindo a partir das demandas populares, em que não se espera o cumprimento de promessas, formulam-se táticas e estratégias para a conquista das suas reivindicações. É o que se pode depreender da atuação do Comitê de Mesquita<sup>11</sup> e que aqui se reproduz na íntegra a matéria publicada no jornal *Tribuna Popular*.

O prefeito de Nova Iguaçu, sr. Paulino Barbosa, recusou-se, dias atrás, a receber um memorial que lhe foi dirigido pelo Comitê Democrático de Mesquita, assinado por mais de dois mil moradores. Esse memorial continha, além de outras reivindicações, a da iluminação do bairro, considerada um dos problemas mais imediatos, por diversas razões, inclusive o fato de que, depois das 19 horas, o bairro se torna um verdadeiro paraíso de malfeitores.

Foi tão grande a insistência do Comitê de Mesquita, e tanto foi o apoio popular em torno daquela reivindicação, que o sr. Paulino Barbosa, livrando-se da influência que lhe era exercida pelo ex-prefeito reacionário Getúlio de Moura, resolver marchar com o povo de Mesquita, prometendo, para dentro em breve, a iluminação do bairro.

Essa conquista vem mais uma vez demonstrar o valor dos Comitês Populares, e o quanto representa, para os mesmos, o apoio unânime da população se seus respectivos bairros. Ao contrário de alguns organismos congêneres, o Comitê de Mesquita procurou reivindicações possíveis de ser concretizadas, e, antes, de lança-las, fez a necessária organização da massa. Promoveu comícios, colocou cartazes nas ruas, etc. Quando o

<sup>11</sup> Mesquita emancipou-se de Nova Iguaçu no dia 25 de setembro de 1999.

prefeito de Nova Iguaçu teve conhecimento do problema, este já havia se constituído no grito unânime da população do bairro. E contra o povo organizado, em torno de suas justas reivindicações, nada pôde fazer a reação.

Esse exemplo deve ser seguido por muitos comitês, principalmente por aqueles que, levantando reivindicações quase impossíveis, deixam para trás um mundo de problemas a realizar, motivo por que muitos ainda não conseguiram vencer o desinteresse dos moradores de seus respectivos bairros, desinteresse que não é a causa do fracasso de alguns comitês, mas, ao contrário, o efeito da desorganização e, conseqüentemente, da má execução das tarefas a que se propõem realizar (“O povo se organiza”, *Tribuna Popular*, 10/03/1946, p. 4).

Articulada à dimensão da organização política, está a dimensão da cultura política, uma vez que o exercício da prática cotidiana nos Comitês leva ao acúmulo de experiência e, conforme aponta Maria Glória Gohn, “as experiências vivenciadas no passado, como opressão, negação de direitos etc., são resgatadas no imaginário coletivo do grupo de forma a fornecer elementos para a leitura do presente” (Gohn, 2009, p. 19). Recorrendo ao historiador E. P. Thompson, a referida autora ressalta que “a fusão do passado e do presente transforma-se em força social coletiva organizada” (*idem*). De forma que “há princípios norteadores, assimilados por todo o grupo, que constroem a metodologia da ação segundo as necessidades que a conjuntura lhes coloca” (*idem*, p. 20). Em outras palavras, a formação de uma cultura política alicerçada na ideia de que o importante é a união, a organização e a construção coletiva. Este caráter educativo da experiência dos Comitês Populares Democráticos traz, também, aquilo que Gohn classifica de dimensão espacial-temporal, o resgate de “elementos da consciência fragmentada das classes populares, ajudando sua articulação, no sentido gramsciano da construção de pontos de resistência à hegemonia dominante, construindo lentamente a contra-hegemonia popular” (*idem*, p. 21). Nesse sentido, entende-se Não é à toa que a direção do PCB reconheceu os Comitês Populares como “centros de experiências de trabalho prático” (Boletim Interno, 23/10/1945).

Além da alfabetização de adultos<sup>12</sup>, atividades culturais não faltaram nos Comitês Populares, merecendo destaque a atuação do poeta Solano Trindade na Baixada Fluminense, em especial Duque de Caxias. De acordo com suas possibilidades e limitações, desenvolveram teatro amador, sessões de cinema, exposições, programa de calouros, festejos diversos, piqueniques, passeios culturais, saraus. Havia também um programa de conferências e palestras realizadas nos Comitês Populares Democráticos. Tal programa objetivava interessar a população em geral nas questões de ordem política, social e econômica, não só de

---

<sup>12</sup> A carência de escolas públicas na região da Baixada Fluminense levou que os Comitês Populares Democráticos se dedicassem também à alfabetização de crianças, como a oferta de cursos profissionalizantes para a população adulta.



âmbito nacional como internacional. Isto é, o trabalho de “educar o povo” desenvolvido pelos Comitês compreendia também mobilizações de conotação política, os parlamentares comunistas eleitos, em dezembro de 1945, eram presença constante nos eventos realizados pelos Comitês Populares e pelo PCB na Baixada Fluminense. Por meios diversos, abaixo-assinados, memoriais, telegramas, comícios, eventos beneficentes, os Comitês Populares se manifestaram em defesa da política de “União Nacional”, pela garantia efetiva das liberdades de opinião, de consciência, de reunião, de associação, inclusive política, de manifestação de pensamento, etc., pela anistia aos presos políticos, pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte, pela autonomia política municipal, pela saída das tropas norte-americanas das bases militares do Nordeste, pelas campanhas de solidariedade aos povos da Península Ibérica e aos prisioneiros e perseguidos políticos em várias partes do mundo, pelo direito de voto dos analfabetos, soldados e marinheiros, em solidariedade aos trabalhadores presos nas greves, contra as arbitrariedades da polícia, etc. Não é à toa que a direção do PCB reconheceu os Comitês Populares como “centros de experiências de trabalho prático” (*Boletim Interno*, 23/10/1945).<sup>13</sup>

Embora o PCB buscasse instrumentalizar os comitês populares democráticos no sentido de seus interesses partidários, os comitês não foram correia de transmissão das orientações emanadas da direção pecebista. Certamente, não seriam o voluntarismo, muito menos o centralismo orgânico<sup>14</sup>, os ingredientes que levariam a cabo as proposições do PCB para se tornar um partido de massas. O exercício da função hegemônica dos comitês populares deveria ser um progressivo processo de disputa do consenso, não isento de negociações e conflitos, em que vontade e condições objetivas operariam, dialeticamente, uma relação de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio. Nesse sentido, a militância comunista revelaria grande combatividade e disposição de luta, não em circunstâncias de sua escolha, mas aplicando sua vontade à criação de um novo equilíbrio das forças realmente existentes e atuantes.

Ainda que malgrado o ensaio de movimento de massas empreendido pelo PCB, não se pode menosprezar a importância dos comitês populares democráticos enquanto movimento

---

<sup>13</sup> *Boletim Interno*. Secretariado Nacional do Partido Comunista do Brasil. Rio de Janeiro, RJ. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ).

<sup>14</sup> “O chamado ‘centralismo orgânico’ baseia-se no princípio de que um grupo político é selecionado por ‘cooptação’ em torno de um ‘portador infalível da verdade’, de um ‘iluminado pela razão’, que encontrou as leis naturais infalíveis da evolução histórica, infalíveis mesmo que a longo prazo e mesmo que os acontecimentos imediatos ‘pareçam’ não lhes dar razão” (Gramsci, 2002, p. 108).

de organização popular para o fortalecimento da luta por direitos básicos, para o trabalho de desenvolvimento de uma cultura política ancorada em sentimentos e ideias de solidariedade e de ação coletiva em bases não populistas e demagógicas, como também para a inserção dos setores populares no mundo da *grande política*.

### Referências bibliográficas

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Volume 3. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Lemme, Paschoal. *Memórias de um educador*. Volume 4. 2 ed. Brasília: Inep, 2004.

PINHEIRO, Marcos Cesar de Oliveira. *O PCB e os Comitês Populares Democráticos na Cidade do Rio de Janeiro (1945-1947)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2007. (Dissertação de Mestrado)

\_\_\_\_\_. *Dos Comitês Populares Democráticos (1945-1947) aos Movimentos de Educação e Cultura Popular (1958-1964): uma história comparada* / Marcos Cesar de Oliveira Pinheiro. – Rio de Janeiro: UFRJ/IH/Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2014. (Tese de Doutorado)

PRESTES, Anita Leocadia. *Os comunistas brasileiros (1945-1956/58): Luiz Carlos Prestes e a política do PCB*. São Paulo: Brasiliense, 2010.

PRESTES, Luiz Carlos. *Problemas atuais da democracia*. Rio de Janeiro: Vitória, s/d.

RODRIGUES, Angélica de Sá de Oliveira Bauer. *Emancipações políticas e história da educação: os sistemas municipais de ensino na Baixada Fluminense (1943-1955)*. Duque de Caxias: UERJ/FEBF/Curso de Licenciatura em Pedagogia, 2016. (Trabalho de Conclusão de Curso)

SANTOS, Henrique Buy dos. *Os Comitês Democráticos Populares na Baixada Fluminense (1945-1947)*. Nova Iguaçu: UFRRJ/ Instituto Multidisciplinar/Departamento de História e Economia, 2011. (Monografia de conclusão de curso)

SOUZA, MarluCIA Santos de. “Memórias da emancipação de Duque de Caxias nos anos 40 e 50”. *Revista Pilares da História*, Ano I, nº 3, Dez-2003.

\_\_\_\_\_. *Escavando o passado da cidade: história política da cidade de Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 2014.